

Sarney sanciona hoje créditos adicionais

13 DEZ 1988

BRASÍLIA — A Câmara dos Deputados aprovou ontem substitutivo do deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP) ao projeto de lei enviado pelo governo, autorizando o Executivo a abrir créditos adicionais, ainda este ano, no valor de Cz\$ 3,51 trilhões. A matéria foi votada tranqüilamente, embora não houvesse quorum, seguindo na mesma noite para o Senado e hoje para a sanção do presidente José Sarney.

O crédito solicitado pelo governo era maior (Cz\$ 3,58 trilhões), mas o corte de cerca de Cz\$ 70 bilhões foi apenas simbólico, no sentido de mostrar ao Executivo que o Congresso está atento à austeridade administrativa, explicou Gasparian. Do total aprovado, os créditos suplementares somam Cz\$ 2,8 trilhões e serão destinados a pagamento de pessoal (Cz\$ 1,15 trilhão) e serviço da dívida das administrações direta, indireta e fundações (Cz\$ 1,13 trilhão), principalmente. Os créditos especiais chegam a Cz\$ 550,4 bilhões, dos quais Cz\$ 102,3 bilhões vão absorver dívidas da extinta Nuclebrás. Estes últimos são chamados de especiais porque referem-se a despesas não previstas no orçamento.

Remanejamento explícito

— O substitutivo reduz o limite para 10%, ficando o remanejamento exclusivo da rubrica Despesas. A absorção das dívidas da Nuclebrás pelo projeto do governo beneficiaria apenas credores ex-

ternos. O substitutivo cortou Cz\$ 70 bilhões nas despesas e Cz\$ 69 bilhões nas receitas. O bilhão que sobrou foi destinado à Assistência Financeira aos partidos políticos, de forma a torná-los independentes de ajudas externas.

O texto de Gasparian torna explícito um dado confirmado depois pelo governo, a pedido do deputado. Dos Cz\$ 3,5 trilhões, a emissão de títulos será responsável por Cz\$ 2,33 trilhões, que poderão ser lançados no próximo ano.

A direção da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional acredita ter encontrado uma fórmula para evitar a votação da redação final do orçamento da União para 1989, aprovado sexta-feira no plenário do Congresso. O objetivo da manobra é eliminar a oportunidade de obstrução da matéria, prometida pelo deputado José Serra (PSDB-SP) e seis partidos (PSDB, PT, PC do B, PCB, PDT e PTB) que se rebelaram contra a votação relâmpago do orçamento. Serra teve preterido seu pedido de destaque que cancelava os recursos destinados à construção da ferrovia Norte-Sul. O substitutivo do senador Almir Gabriel (PMDB-PA) foi aprovado na íntegra. A reunião marcada para hoje, na qual se votaria a redação final, foi adiada.

Emprego cresce na indústria em novembro

SÃO PAULO — Novembro apresentou o maior número de novos empregos do ano na indústria paulista, com a contratação de 3.250 trabalhadores, ou uma variação positiva de 0,16%, na comparação com as demissões ocorridas, segundo pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Além do mês passado, apenas fevereiro (2.300 contratações), agosto (1.900) e outubro (975) apresentaram variações positivas no desempenho de demanda de mão-de-obra.

De acordo com os empresários, a pequena recuperação na quantidade das contratações, em relação às demissões, de forma a resultar em número positivo em novembro, foi provocada pela proximidade das festas de final de ano.

Mudança do IR será aprovada sem alterações

BRASÍLIA — O Senado Federal deverá manter o texto do projeto de lei de reformulação do Imposto de Renda da pessoa física aprovado pela Câmara dos Deputados na última quinta-feira. Essa é a previsão do vice-líder do PMDB no Senado, Cid Sabóia de Carvalho (CE), que antecipa que o seu partido não apresentará emendas ao projeto.

Sobre a polémica em torno da perda de arrecadação que a nova sistemática de IR vai gerar — a Receita assegura que ela é de 105 milhões de OTNs (Cz\$ 503 bilhões) incluindo o abatimento por dependentes aprovado na Câmara e o deputado César Maia (PDT-RJ) diz que ela será de Cz\$ 1 trilhão —, o senador Chiarelli (PFL-RS) critica enfatizando que o PMDB está preocupado com os seus governadores, e não com os contribuintes.

JORNAL DO BRASIL